

ANO VII Nº 22 - JAN / FEV / MAR 2019

CREF2

IRS
em Revista

ISSN 2359-0688

GESTANTES

As grávidas, cada vez mais, estão procurando fazer atividade física. Saiba quais são os benefícios que as gestantes têm ao se exercitar, os receios, as contraindicações e os principais desafios dos profissionais de Educação Física diante deste tipo de público, com características que mudam de semana para semana

FISCALIZAÇÃO

TRF-4 delimita pilates entre profissionais de Educação Física e fisioterapeutas

ILANA FINKELSTEIN

Os primórdios e a consolidação da hidroginástica no Rio Grande do Sul

SURF

Felipe Raupp explica a importância do registro para o ensino do esporte

EDITORIAL

Embora o número de gestantes que praticam exercícios regularmente ainda seja muito pequeno, especialmente no Rio Grande do Sul, cada vez mais as mulheres grávidas estão pro-

curando fazer algum tipo de atividade física para se prepararem para a chegada do bebê. Os benefícios, que vão desde a diminuição das dores lombares à redução do risco de diabetes gestacional, também se estendem para a saúde dos nenês, que nascem dentro do peso e com chances menores de desenvolver doenças relacionadas à hipertensão.

Além de garantir o desenvolvimento correto do feto e o bem-estar das gestantes durante a transformação que ocorre nos nove meses de gravidez, a atividade física pode agregar bastante para a preparação emocional das futuras mães. O assunto, desdobrado na matéria de capa da nossa nova edição, também é abordado no perfil de Ilana Finkelstein (CREF 001557-G/RS), uma das referências quando o assunto é hidroginástica para grávidas e natação para recém-nascidos. Os cuidados que devem ser tomados com estes dois tipos de público, com características que mudam de semana para semana, apenas evidenciam a importância do papel que o profissional de Educação Física desempenha numa área que ainda tem muito para crescer.

O evento que o CREF2/RS promoveu para marcar o Dia Estadual da Ginástica Laboral, o último encontro do ciclo de palestras que celebrou os 20 anos da regulamentação da profissão, os números da Fiscalização relativos ao ano passado e uma entrevista com Felipe Raupp (CREF 001673-G/RS), um dos precursores do ensino do surf no nosso Estado, complementam e engrandecem ainda mais a revista que você está começando a ler aqui. Atento às novidades e aos assuntos mais pertinentes à Educação Física, estamos abertos às sugestões de pauta de todos os profissionais registrados, para que possamos construir uma **CREF2/RS em Revista** com os temas de interesse da nossa categoria. **Boa leitura!**

DESTAQUES

4

PERFIL

ILANA FINKELSTEIN E
A HIDROGINÁSTICA NO RS

15

CICLO PELOTAS

ÚLTIMO ENCONTRO DOS
20 ANOS DA REGULAMENTAÇÃO

7

FISCALIZAÇÃO

DECISÃO SOBRE PILATES
E NÚMEROS DE 2018

16

SURF

FELIPE RAUPP E A IMPORTÂNCIA
DO REGISTRO PARA O ESPORTE

8

TRAIL RUN

CARTILHA INÉDITA
SOBRE A MODALIDADE

18

CONSELHEIROS

LEILA CASTILLO E
ALESSANDRO GAMBOA

10

GESTANTES

BENEFÍCIOS E CONTRAINDICAÇÕES
DA ATIVIDADE FÍSICA

20

ENSAIO CIENTÍFICO

GRAVIDEZ NA
ADOLESCÊNCIA

14

GINÁSTICA LABORAL

WORKSHOP NA FADERGS REÚNE
PROFISSIONAIS E ESTUDANTES

24

ARTIGO JURÍDICO

LEGISLAÇÃO E O
PAGAMENTO DA ANUIDADE



Graduado em Educação Física pelo IPA, em 1979, José Edgar Meurer é um dos profissionais que contribuíram ativamente para a criação do Conselho Regional de Educação Física da 2ª Região, em 1999, um ano após a assinatura da Lei 9.696/98, que regulamentou a profissão em todo o Brasil. Durante a sua vida profissional, foi subsecretário de Esportes do Rio Grande do Sul, em 1994; diretor técnico da Fundergs, de 2003 a 2006; e, mais recentemente, Secretário Municipal de Esportes, Recreação e Lazer de Porto Alegre, de 2010 a 2016. Há mais de uma década atua como conselheiro do CREF2/RS, lutando diariamente para a valorização do profissional de Educação Física frente à sociedade.

ESPORTE COMO AGENTE TRANSFORMADOR

A prática esportiva, inegavelmente, possui diversos benefícios para além das questões relacionadas ao bem-estar e à promoção da saúde. As crianças que se dedicam a alguma modalidade conseguem atingir um rendimento escolar muito superior e são estimuladas a viver melhor em sociedade, com respeito e tolerância às diferenças. O esporte, enquanto agente transformador da realidade, também é capaz de mudar o contexto das pessoas marginalizadas nos grandes centros urbanos, deixando-as afastadas das drogas e da criminalidade, que nos últimos anos bateu um triste recorde.

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, somente em 2016 a violência foi responsável por mais de 62 mil homicídios, em uma taxa assustadora de sete mortes a cada hora no Brasil. Os gastos com a segurança pública, na faixa de R\$ 76 bilhões por ano, pouco parecem dar conta de enfrentar um dos maiores problemas da nossa história recente. Por isso, enquanto profissionais de Educação Física, nós precisamos nos conscientizar das possibilidades inclusivas do esporte e adotar, como referência, os diversos projetos sociais que têm contribuído para mudar a vida das crianças e dos adolescentes em situação de vulnerabilidade, que habitam as periferias mais afastadas e menos assistidas pelo poder público local, estadual e federal.

O CREF2/RS, preocupado com a fraqueza das políticas públicas no âmbito do esporte e da inclusão social, também está tentando desempenhar o seu papel. No final do ano passado, realizamos a campanha Natal Sem Fome, arrecadando uma grande quantidade de alimentos, que foram entregues a famílias carentes da Região Metropolitana. Ao mesmo tempo que convocamos os profissionais de Educação Física a participarem dessa ação, também firmamos uma parceria com a Prefeitura de Vião, para auxiliá-los na implementação e na execução de diversos trabalhos sociais, de forma totalmente voluntária.

Mais do que nunca, estamos empenhados para que cada vez mais profissionais registrados – assim como você – se interessem em participar de ações sociais, buscando fazer a diferença através da atividade física e do esporte. A construção de uma nova perspectiva para as crianças e para os adolescentes que vivem na rua é importantíssima para a afirmação dos direitos humanos dessa fatia desassistida da nossa população, carente de recursos e de oportunidades. Nós, pela função que desempenhamos diariamente com a nossa profissão, certamente podemos ser os principais motivadores de todas estas grandes mudanças sociais.

José Edgar Meurer
Presidente



ILANA

FINKELSTEIN

Estudando e promovendo os benefícios da hidroginástica

A hidroginástica, que tem as suas raízes na hidroterapia, um tipo de tratamento médico desenvolvido na Europa do século XVIII em que eram feitos banhos em águas sob as suas diversas formas e com temperaturas variáveis, chegou ao Brasil há pouco mais de 30 anos. A modalidade, que ganhou força com um público-alvo formado somente por idosos, evoluiu bastante e tem hoje uma das suas principais referências técnicas atuando no Rio Grande do Sul. Ilana Finkelstein (CREF 001557-G/RS), sócia-proprietária do Centro Físico Acqualità (CREF 000046-PJ/RS), estudou por muitos anos os aspectos científicos da hidroginástica, junto com o sócio Paulo Poli (CREF 000340-G/RS), ampliando os seus benefícios também para gestantes, bebês, crianças e adultos que buscam melhorar o seu condicionamento físico e ter um dia a dia mais saudável.

"Eu dancei ballet a minha infância e a minha adolescência inteiras. Então, quando completei 17 anos, não me

imaginava fazendo outra coisa e escolhi o curso de Educação Física já no primeiro vestibular, por ser muito próximo à dança", relembra a profissional. Diferente de alguns dos seus colegas de faculdade, que gostavam muito da prática desportiva e não se sentiam à vontade para desempenhar o papel de professores, Ilana – formada em 1991 na antiga Escola de Educação Física (ESEF) da UFRGS – conta que sempre se interessou pelo viés pedagógico do curso. "Além de gostar do movimento, ensinar e educar sempre foram a minha praia. Eu me identifiquei de maneira muito forte com isso e, desde então, tenho sido uma professora de Educação Física todos os dias da minha vida", conta.

O interesse pela hidroginástica, até então desconhecida no nosso país, veio durante a graduação, quando Ilana foi convidada pelo professor Luiz Fernando Kruel (CREF 002211-G/RS) para fazer parte de um grupo de pesquisa, na área de natação para asmáticos. "Lembro que não era ligada aos es-

portes aquáticos, mas fazer parte de um projeto científico por si só já me encantava bastante. Eu topei na hora, mas conforme ia me aprofundando no tema, fazendo revisão de literatura, fui vendo o exercício dentro da água de uma maneira muito mais ampla", explica Ilana. "Depois, em um determinado momento, nós chamamos a atenção do Kruel para uma tal de 'water aerobics fitness' que tinha surgido lá fora. Tudo era muito novo e, pouco depois da nossa descoberta, começaram a surgir os primeiros cursos de hidroginástica em São Paulo. Eu fui lá, ver o que tinha de consistente no método, e depois disso passamos a estudar a modalidade também na UFRGS. Eu digo que podemos traçar aqui uma linha histórica da hidroginástica no Brasil, pois fomos precursores".

CRIANDO AULAS E O PRÓPRIO ESPAÇO

Participando de um novo projeto de pesquisa, também sob a orientação do professor Kruel e criado especifica-

mente para dar vazão às descobertas que eram feitas sobre a hidroginástica naquele momento, Ilana ajudou a desenvolver a metodologia utilizada nas piscinas não só do Brasil, mas de vários outros países. "O que fizemos, de uma maneira muito relevante, começou a crescer. No meio desse caminho, me formei, ingressei no Programa de Pós-graduação em Medicina do Esporte da UFRGS e fui me direcionamento para um lado da Educação Física mais ligado à prevenção, que tem tudo a ver com a hidroginástica", conta. Trabalhando em uma das primeiras escolas de natação de Porto Alegre, a profissional lembra que não precisou de muito tempo para perceber que queria ter o seu próprio espaço. "Depois de seis meses, me juntei a outra colega e procurei uma casa que tivesse piscina. Alugamos uma e começamos a dar 12 aulas por dia. Na sequência, construímos a cobertura e colocamos o aquecimento, indo sempre do nosso jeito".

A Acqualità, assim como a modalidade que Ilana ajudou a desenvolver desde os seus tempos de graduação, foi evoluindo na última década até se tornar uma referência na Região Metropolitana de Porto Alegre, justamente pelos seus diferenciais. Além das aulas de hidroginástica convencionais, a escola começou a ser procurada também por pessoas interessadas em atividades específicas para gestantes e para bebês, sobretudo recém-nascidos. "Eu, desde que comecei a minha carreira profissional, sempre estudei exercício físico na gestação. Logo que a gente abriu a escola, tínhamos só um horário para gestantes, na parte da manhã,

numa faixa menos 'nobre' que as outras. O trabalho, que eu optei em oferecer mais para me satisfazer pessoalmente do que qualquer outra coisa, foi tomando grandes proporções e hoje são várias turmas à disposição, nos três turnos em que ficamos abertos", revela.

O condicionamento físico e a preparação emocional têm que vir juntos durante a gestação

Como destaca Ilana, a maioria das alunas dessas turmas são mulheres já grávidas que procuraram um lugar de referência para fazer atividade física. Há casos de pessoas que atravessam a cidade só para fazer aula na Acqualità, por recomendação de obstetras. "A gente tem uma relação muito boa com os médicos, porque a cada dois meses mandamos um relatório para eles, falando da evolução da aluna e das respostas fisiológicas que percebemos ao longo da gestação", explica. "Outra coisa interessante é que muitas delas acabam ficando aqui depois que os bebês nascem. Os benefícios mais relatados, como a diminuição do desconforto lombar e noites de sono melhores, se transformam – depois do parto – em mais disposição para se levantar à noite e em força física para tirar a criança do berço. Muitas das nossas alunas até nos dizem que ficam arrependidas de não terem começado um programa de atividade física como o nosso antes", relata Ilana.

GESTANTES E BEBÊS

Além de todos os benefícios fisiológicos, Ilana menciona que as aulas de hidroginástica também representam um momento em que as mulheres podem conviver com outras gestantes, trocando experiências sobre os diferentes momentos da gravidez. "A

hidroginástica é um exercício muito bom para as grávidas. Pelo fato de estarem dentro da água, elas têm menos impacto, e a regulação térmica dá uma boa sensação", avalia. "O fato de fazerem a atividade em grupo também vai dando uma preparação emocional, que é muito importante para a chegada do bebê. O número de turmas que permanecem amigas é impressionante. Eu tenho alunas com filhos crescidos que, quando encontro na rua, me contam que ficaram melhores amigas de outras colegas. A hidroginástica, para elas, é realmente o momento em que podem estar com pessoas semelhantes, que estão vivendo as mesmas alegrias e passando pelos mesmos questionamentos".

Independente dos momentos de descontração durante as aulas, a sócia-proprietária da Acqualità não deixa de frisar a responsabilidade que é trabalhar com um público tão específico, que requer inúmeros cuidados especiais. "Com o passar dos anos, fui me dando conta de que o condicionamento físico e a preparação emocional têm que vir juntos. No nosso programa, temos palestras e aulas sobre o parto com os parceiros. A minha maior preocupação é ajudar elas a passar pela gestação da melhor forma possível, prevenindo ou diminuindo o desconforto das alterações gravíticas e trabalhando com toda a carga de sentimentos que vem junto com a chegada de um filho", complementa Ilana.

Para ela, há um certo nível de desinformação entre as alunas iniciantes, sobretudo em temas ligados ao que se pode ou não fazer como atividade física durante os nove meses de gestação. "Normalmente, elas não têm a noção de que fazer um exercício com muita intensidade, e por muito tempo, pode acarretar que o bebê corra

alguns riscos. Se eu faço uma série forte de musculação, usando a glicose como fonte energética todos os dias, vou estar diminuindo o meu aporte de carboidrato para o feto, que provavelmente vai nascer com baixo peso. E se eu trabalhar com uma frequência muito alta, vai haver uma diminuição no meu fluxo sanguíneo útero-placentário, que poderá ocasionar uma braquicardia no bebê”, explica. “Na gestação, é indicado realizar exercício moderado, não mais do que uma hora por dia. As alunas, que não estão bem informadas quanto a isso, às vezes fazem atividades de descarga de peso, principalmente na academia, ficando com dormência nos dedos e outros problemas. A orientação de um profissional habilitado e a aplicação do treinamento apropriado são determinantes na qualidade da gestação e no desfecho do processo todo, com o nascimento do bebê”.

Por conta de todo esse cuidado com as futuras mães, o desdobramento das aulas de hidroginástica acaba sendo mesmo as turmas de natação para bebês. Como frisa Ilana, muitas aulas para recém-nascidos são preenchidas somente pelos filhos das alunas gestantes, que vão reservando as vagas à medida que se aproximam do momento do parto. “Trabalhamos

com os pais dentro da piscina, já a partir dos dois meses de idade, acostumando a criança dentro da água, em um processo que é mais natural até os cinco meses de vida. Por isso iniciamos tão cedo, quando a memória do útero ainda está recente”, explica. “Por incrível que pareça, nós temos uma ótima adesão, desde os dois meses, em um programa que também fomos construindo com os pediatras, em que todos são bem favoráveis à natação para recém-nascidos e nos indicam às mães. Depois das primeiras vacinas, as crianças já estão liberadas para entrar na piscina”, destaca Ilana.

A natação, além dos aspectos motores, também tem a vantagem de fortalecer o vínculo papai ou mamãe-bebê. “A meia hora que eles estão com a sua criança dentro da água, cantando e brincando, é um tempo de qualidade muito boa para o relacionamento entre eles. Isto é, sem dúvida alguma, um ganho enorme”, explica. “Outro benefício é que a gente ensina os pequenos a respeitar a água, não correr em volta da piscina. Eles crescem e se tornam pessoas mais capacitadas para se cuidarem, em termos de acidente, porque a água é também uma coisa perigosa. Para nós e para eles, a questão do autossalvamento é tão importante quanto o desenvolvimento”.

CRESCIMENTO E RECONHECIMENTO

Para Ilana, o mercado de atividade física para bebês e gestantes ainda deve crescer. As academias de médio ou pequeno porte, incapacitadas de competir com as redes nacionais, podem sobreviver investindo em serviços especializados, com atividades para públicos bem específicos, que não costumam ser contemplados pelas grandes franquias. “Além disso, muito pode ser explorado em nível de pós-graduação e de cursos de especialização. A hidroginástica e a atividade física para gestantes ou bebês é vista na faculdade de forma muito básica. Por isto, aqui na Acqualità, nós trabalhamos com os estagiários em um viés educacional, porque acreditamos muito em formar pessoas”, revela Ilana. “Para eles, damos aula de fisiologia, de exercício na gestação e ajudamos a fomentar assim uma produção de trabalhos científicos, que ainda é feita em baixo volume”.

Além do reconhecimento das alunas que frequentemente encontra na rua, há a satisfação em fazer parte da evolução de tantos profissionais, que também veem a Acqualità como uma referência. “Eu tenho estagiários e professores, no mundo todo, gabaritados na área de exercício durante a gestação. Eles foram despertados por isso aqui e eu me sinto agradecida em dizer que deixamos alguns frutos por aí”, salienta Ilana. “Nós temos uma profissão espetacular na mão e sou feliz com o que eu faço e acredito muito nisso. Para a gente ser realmente capacitado, precisamos de muito estudo. O profissional de Educação Física tem que se dedicar, não pode aprender só uma dúzia de exercícios, precisa estar sempre atualizado. Nós temos vidas em nossas mãos e, através da atividade física bem orientada, podemos determinar o futuro delas”. ■





PILATES PARA PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Decisão do TRF-4 delimita oferta do método pilates na região sul

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) emitiu uma decisão, no último mês de novembro, delimitando o uso do pilates entre profissionais de Educação Física e fisioterapeutas, reconhecendo também a legalidade da fiscalização realizada pelos seus respectivos Conselhos Profissionais, CREF e CREFITO. O acórdão atende uma demanda antiga do CREF2/RS, que sempre tentou esclarecer e orientar os profissionais em suas ações, a partir do entendimento difuso que se tinha sobre o método.

A decisão compreendeu que a atuação com o pilates exige formação em fisioterapia, quando destinada a restaurar, desenvolver e conservar a capacidade física do paciente; e em Educação Física, quando caracterizada como atividade física, com o intuito de promover o condicionamento físico. Dessa forma, a oferta do método pilates só pode ser feita por pessoas com a formação acadêmica necessária, sendo passível de fiscalização pelo CREFITO⁵ e pelo CREF2/RS. A senten-

ça do TRF-4 já está em vigor nos três estados da região sul. A denúncia de estabelecimentos e de pessoas que oferecem pilates sem a devida capacidade técnica pode ser feita diretamente pela página do CREF2/RS.

FISCALIZAÇÃO EM 2018

A movimentação dos agentes fiscais do CREF2/RS, durante todo o ano de 2018, resultou em mais um número expressivo de academias fechadas, que chegou à marca de 63 estabelecimentos em todo o Estado. As ações impossibilitaram o funcionamento de empresas irregulares, que estavam atendendo o público sem registro no Conselho e sem contar com um profissional devidamente habilitado ministrando as atividades no local.

O trabalho do DEFOR ainda atendeu cerca de 730 denúncias e autou mais de 470 pessoas. Para a coordenadora do Departamento, Fernanda Rodrigues (CREF 009604-G/RS), o esforço do Conselho em inibir os maus profissio-

nais tem sido de grande importância para a Educação Física no Rio Grande do Sul. "Os roteiros de fiscalização nos desafiam cotidianamente. Apesar das dificuldades, contabilizamos muitos avanços em 2018, coibindo irregularidades e dando agilidade às punições das empresas que não oferecem serviços adequados", comenta. ■

NÚMEROS DO ANO PASSADO

- 2087** Visitas de fiscalização
- 736** Denúncias atendidas
- 217** Autuações por exercício ilegal
- 296** Autuações de empresa sem profissional presente
- 137** Processos Administrativos de Fiscalização abertos
- 130** Autuações de RT descumprindo funções
- 107** Multas aplicadas
- 64** Autuações de profissional fora da área
- 63** Termos de Cooperação assinados
- 27** Processos encaminhados para Ação Civil Pública



RESPEITANDO O MEIO AMBIENTE

*Câmara Técnica de
Corrida de Rua avança
na cartilha de trail run*

A Câmara Técnica de Corrida de Rua do CREF2/RS, comandada pela conselheira Cláudia Lucchese (CREF 002358-G/RS), realizou diversas reuniões, ao longo do último ano, contando com a presença de representantes de empresas organizadoras de eventos de trail run e com membros das equipes de corrida da Região Metropolitana de Porto Alegre. Os encontros tiveram o intuito de determinar e aprofundar a discussão dos tópicos que estarão presentes na Cartilha de Trail Run, manual que será editado pelo CREF2/RS para a divulgação das boas práticas que envolvem a modalidade, respeitando o meio ambiente e estabelecendo as diretrizes de segurança.

O primeiro esboço da publicação, apresentado no final de novembro, foi produzido a partir da construção coletiva de todos os membros da Câmara. A ideia da cartilha, que está sendo elaborada de forma bastante didática para facilitar a sua compreensão não só pelos profissionais de Educação

Física, mas por todos aqueles que têm algum tipo de interesse pelo esporte, é trazer informações que contemplem os iniciantes do trail run e os atletas mais avançados. Com a contribuição de Nelson Brugger (CREF 006884-G/RS), presidente da Federação Gaúcha de Montanhismo, o manual ainda reunirá os principais protocolos de segurança e de conservação da natureza, utilizados no montanhismo e adaptados para as corridas de trilha.

Neste sentido, Brugger esclarece que uma pessoa correndo em um parque nacional, mesmo sem saber, pode estar ajudando a defender uma área de preservação ameaçada, inibindo a ação de caçadores e de garimpeiros, por exemplo. "Independente dessa possibilidade, é importante compreender que esses espaços são frágeis e possuem um equilíbrio muito delicado. No entanto, todos os parques naturais apresentam alguma área que pode ser aproveitada para a atividade física, tendo apenas que adequar o tipo de público e de percurso ao terreno", avalia.

Envolvido com o projeto da cartilha, Anderson Freitas (CREF 025561-G/RS), integrante da equipe de corrida Winners, explica que durante as reuniões os integrantes elencaram os itens que deverão constar na publicação. "Entre os objetos usados nas trilhas, estarão a indicação de apitos localizadores, mochila ou cinto de hidratação, mantas térmicas e os modelos adequados de tênis. Em um primeiro momento, esses itens não serão obrigatórios, mas recomendados", conta. Como no Rio Grande do Sul o trail run não está consolidado, Freitas argumenta que a imposição de muitas restrições prejudicaria a difusão da modalidade, já que as empresas que organizam este tipo de evento ainda estão captando adeptos. "A solução é fazer da cartilha um manual de boas condutas, com o intuito de iniciar uma cultura de segurança entre os praticantes", acrescenta.

DENTRO DA TRILHA

Já de acordo com Cláudia, os outros tópicos abordados pela cartilha serão

o comportamento dentro da trilha, o condicionamento físico adequado para a prática do trail run, as orientações corretas a serem dadas pelos profissionais de Educação Física aos competidores, a utilização do bastão de caminhada e os métodos adequados de entrada e de descida nas trilhas, avaliando todos os obstáculos naturais, como pedras, limo e buracos. "O manual ainda vai incluir a sugestão de que o competidor sempre informe o nome do seu treinador no momento da inscrição nas provas", explica. "Como estamos em um processo de migração de atletas da rua para o trail run, queremos demonstrar aos organizadores de fora, com esta informação, que os competidores estão aptos, devidamente preparados por um profissional de Educação Física", acrescenta a conselheira.

Freitas ainda ressalta que todos esses cuidados visam a implantação da modalidade com o máximo de profissionalismo, de cuidado e de respeito ao meio ambiente. "Como o trail run ainda não tem todos os seus principais aspectos conhecidos e reconhecidos pelo público, já houve casos de perigo para os competidores, como a vez que uma mãe queria fazer uma dessas trilhas com o seu filho acomodado em um carrinho de bebê, atitude barrada pelo organizador, dado o grau de riscos a que a criança estaria exposta. Ficando apenas com um exemplo hipotético, um incidente com uma colmeia de abelhas, no meio da trilha, poderia provocar a morte do bebê", alerta Freitas. Para o profissional a cartilha vai ser muito importante não só para a orientação de novos praticantes, mas tam-

bém para a conscientização da sociedade e dos profissionais de Educação Física, para que as recomendações de segurança sejam transformadas em hábitos constantes.

O trail run possui um grande potencial de desenvolver o turismo em regiões onde a economia é pouco desenvolvida

"A Câmara Técnica está conseguindo mostrar às empresas que elas podem perder clientes se não estiverem preparadas para oferecer suporte aos competidores. Por isso, estamos também planejando a criação de um ranking para as provas,

que indicariam o nível de dificuldade de cada trilha", explica Freitas. Para ele, a explosão do trail run irá ocorrer a partir do momento em que essas empresas se tornarem altamente profissionalizadas. "Os organizadores ainda trabalham com um público restrito, girando em torno 200 atletas, e que pode até triplicar num futuro próximo", avalia. Freitas acredita também que o contato inicial com a modalidade precisa ser de forma mais lúdica do que é feito atualmente, porque determinadas competições exigem do atleta uma demanda de energia que pode chegar ao dobro ou até ao triplo da utilizada em corridas de rua, trabalhando outro tipo de musculatura e rota metabólica.

CIRCUITO DE PROVAS

Além da cartilha de trail run, a Câmara Técnica também iniciou, no final de 2018, a organização de um circuito de provas. A proposta é que cada uma das empresas envolvidas com o projeto seja responsável por uma etapa, fortalecendo assim a união do grupo. De acordo com Eduardo Marques (CREF 003397-G/RS), representante da Audax Eventos Esportivos, também

serão definidos pelos integrantes da Câmara todos os aspectos da competição, como o funcionamento dos atendimentos médicos e a cobrança para que as provas tenham um Responsável Técnico presente. "Isto visa dar mais qualidade e tranquilidade às empresas e aos competidores", avalia.

Marques explica ainda que a cartilha de trail run vai reunir, selecionar e adaptar à realidade gaúcha aconselhamentos para o praticante e para o organizador, com dicas para um bom planejamento, segurança durante a prova, cuidados com o meio ambiente e um trato respeitável com os habitantes destes locais, muitas vezes afastados das grandes cidades. "Existe um grande contingente de corredores de rua migrando para as trilhas, atraídos pelo contato com a natureza e pelos desafios que a modalidade apresenta. Como são iniciantes, percebemos que as provas ainda estão muito cruas quanto às exigências e ao suporte aos competidores mais despreparados".

O grande intuito da consolidação do circuito de provas é fazer com que o trail run seja reconhecido pela Confederação Brasileira de Atletismo, sendo apresentado à sociedade como uma modalidade organizada e segura, com apelo quanto ao seu aspecto competitivo, desafiador e de contato com a natureza. "O trail run possui um grande potencial de desenvolver o turismo em regiões onde a economia é pouco desenvolvida", explica Cláudia. "O número de organizadores de provas que frequentam as reuniões da Câmara Técnica demonstra que o nosso papel é de unir as pessoas, para que elas possam compartilhar conhecimento. Só assim poderemos ter um esporte consistente e confiável, sempre com a presença do profissional de Educação Física nos eventos", finaliza. ■



PREPARANDO O CORPO PARA O BEBÊ

Atividade física para gestantes tem vários benefícios e requer grandes cuidados

O número de nascimentos registrados no Brasil em 2017, de acordo com um levantamento feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi de 2,8 milhões de crianças. O índice, que teve um aumento de aproximadamente 3% em relação ao ano anterior, mostra que as gestantes representam uma fatia considerável da nossa população, que ainda está em crescimento e que necessita de diversos cuidados especiais. O momento da gravidez, repleto de descobertas sobre o próprio corpo para muitas mulheres, é ainda afetado por alterações físicas, hormonais e até mesmo psicológicas, que ocorrem e variam quase que semanalmente.

Dos anos 80 para cá, os estudos dos benefícios e das contraindicações do exercício físico para gestantes passaram a ganhar um bom espaço no mundo científico relacionado à Educação Física. No Brasil e no exterior, principalmente em países como Canadá e Estados Unidos, os trabalhos acadêmicos começaram a entender melhor o

que ocorre no corpo dessas mulheres, durante os nove meses de gestação, e a compreender os problemas que afetam o dia a dia de quase todas elas, em pequena e grande escala. As opções disponíveis, para que se atravessem os momentos cruciais da gravidez e do pós-parto sem complicações, precisam ser analisadas com cuidado e adotadas sempre com a supervisão de um profissional habilitado.

Uma pesquisa apresentada durante o congresso do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), em 2014, trouxe dados alarmantes, que podem ser dimensionados para todo o Brasil, e que muito evidenciam o mercado pouco explorado que está diante dos profissionais de Educação Física. De acordo com o trabalho, 60% das gestantes não praticam nenhum tipo de atividade física e somente 16,67% delas fazem exercício, de maneira esporádica, como forma de lazer. O número de mulheres grávidas que cuidam da sua saúde, com um programa de treinamento regular e acompanhamento,

não chega nem a um quarto do total de casos estimados pelo IBGE.

Para Roberta Pinto (CREF 004665-G/RS), conselheira do CREF2/RS e coordenadora técnica das academias do Sesc/RS, o número de gestantes que procura algum tipo de atividade física ainda não está em um patamar aconselhável, mas é possível perceber um aumento no interesse deste grupo. "Atualmente, são poucas grávidas que aderem à prática da atividade física, já que muitas têm receios e dúvidas quanto à segurança da sua realização. Os estudos atuais nos mostram que a prática regular de exercício físico pode promover benefícios físicos e psicológicos às gestantes, quando realizada em intensidade leve a moderada", complementa Mateus Giacomini (CREF 004924-G/RS), treinador do Prana Personal Training e do Crossfit Vento Norte, de Santa Maria.

Já Henrique Felicetti (CREF 013504-G/RS), diretor técnico da HF Personal Training Academia, de Porto Alegre,

salienta que o aumento na procura que se vê hoje se dá em razão da preocupação com o bem-estar físico e com as complicações que ocorrem no período da gestação. "Há muito mais informação disponível e de fácil acesso, em função da Internet e da tecnologia. Se antes não se conheciam muito bem os benefícios do exercício físico para as grávidas, e era recomendado para essas mulheres ficarem em repouso, muitas vezes evitando qualquer movimentação, atualmente já se sabe tudo o que pode ocorrer, ainda mais quando o preparo para o momento do parto pode ser feito muito antes do início da gravidez", acrescenta Leticia Welser (CREF 023340 G/RS), personal trainer em Santa Cruz do Sul e mestrandia em Promoção da Saúde pela UNISC.

BENEFÍCIOS E CONTRAINDICAÇÕES

Os benefícios da atividade física para as mulheres grávidas, como bem destaca Ana Elisa Oliveira (CREF 001360-G/RS), professora na Natasul Academia e no Parque Esportivo da PUCRS, com certificação internacional de atividade física para gestante e pós-parto pela Mundo Hidro, compreendem o melhor funcionamento do sistema cardiovascular, prevenindo assim edemas e a hipertensão gestacional (também chamada de pré-eclâmpsia), a diminuição das dores lombares e a redução de desconfortos relacionados à gestação, desde a retenção de líquidos pelo corpo da mãe até o aparecimento de varizes. "Na gravidez, a prática de exercício físico favorece ainda o desenvolvimento do feto e fortalece a musculatura para o trabalho de parto,

além de reduzir o estresse e contribuir para uma recuperação mais rápida e com menor risco de depressão pós-parto", avalia Felicetti.

As gestantes, desde que não tenham contraindicações, devem se manter ativas fisicamente e praticar exercício

"Em setembro de 2018, foi publicado um 'guideline' canadense orientando a prática de exercícios físicos durante a gestação. Como já era de conhecimento, na ausência de contraindicações, a prática regular de exercícios melhora os desfechos maternos e fetais, com redução do número de recém-nascidos com peso elevado e diminuição do risco de diabetes gestacional, incontinência urinária e parto cesárea ou instrumental", acrescenta Giacomini. "Além disso, o estudo salienta algumas recomendações que devem ser levadas em conta. As gestantes, desde que não tenham contraindicações, devem se manter ativas fisicamente e praticar exercício por, pelo menos, 150 minutos por semana, para que se tenha os benefícios garantidos. O ideal é que seja mantida uma rotina três vezes por semana ou até mesmo diariamente".

Os receios das gestantes, entretanto, podem afetar de maneira irreversível um bom programa de exercícios físicos. "As grávidas normalmente relatam que sentem medo de que, pelo esforço físico, possam de algum modo prejudicar o feto ou até mesmo perder o bebê. Elas se preo-

cupam muito em não causar nenhum dano à criança, ou até mesmo de serem responsáveis pelo nascimento prematuro em razão de uma queda. Tudo isso precisa ser levado em consideração pelos profissionais de Educação Física na hora da prescrição de um treinamento, para que essas mulheres se sintam seguras", analisa Leticia. "A pré-avaliação da gestante é muito importante para minimizar os medos e a liberação para o exercício deve ser feita primeiramente pelo médico obstetra, com um parecer individual e com as recomendações necessárias ao profissional de Educação Física", também explica Ana Elisa.

Como alerta Roberta, as contraindicações de exercícios só ocorrem quando a gestante apresenta uma patologia, como placenta baixa, hipertensão ou algum tipo de sangramento recorrente. "De acordo com os 'guidelines' do Colégio Americano de Obstetras e Ginecologistas, existem outras recomendações que devem ser seguidas à risca, como evitar exercícios de barriga para baixo após o terceiro mês de gravidez, não ficar longos períodos em pé sem se mexer e não fazer sessões de muita intensidade, com impactos frequentes ou saltos, e que possam comprometer



FOTO: THINKSTOCK GETTY IMAGES

o equilíbrio", pontua. Independente da atividade, é importante respeitar a individualidade biológica de cada gestante e compreender que nem tudo pode ser aplicado exatamente igual para todas elas, sem distinção. "As grávidas sedentárias devem esperar o primeiro trimestre para iniciar algum tipo de atividade física, pois essa é uma fase delicada em que o corpo da mulher ainda está se adaptando a uma nova condição, muito propícia a abortos espontâneos", destaca Felicetti.

PREFERÊNCIA PELO PILATES

Entre as atividades mais procuradas pelas gestantes está o pilates. A modalidade, ao contrário do que muitos pensam, não é indicada para mulheres que eram sedentárias antes de engravidar ou que nunca fizeram uma aula do tipo. "Normalmente, não sugerimos que a gestante inicie uma atividade física nova, apenas que continue fazendo o que já fazia anteriormente, se o médico assim julgar seguro", explica Paula Finatto (CREF 018947-G/RS), instrutora de pilates e doutoranda em Ciências do Movimento Humano pela UFRGS. "Na gravidez, não é hora de ganhar músculo, e sim hora de manutenção e prevenção. O pilates prepara para o parto, pode ir contra lesões e

auxilia no pós-parto. O foco é muito mais terapêutico do que performance".

Como salienta Paula, as gestantes têm diversas limitações físicas e se comportam, mais ou menos, como um hipertenso na hora do exercício. "Qualquer atividade mais intensa, como uma musculação mal prescrita ou um treino aeróbico mais forte, vai dar um pico de pressão, que pode ser um fator de risco tanto para a grávida como para o bebê. Além disso, grande parte dos esportes tem risco de impacto ou de queda", explica. "O pilates, em razão disso, é uma alternativa interessante, pois não tem saltos e há pouca troca de posição corporal durante a aula. O instrutor, presente de forma praticamente particular dentro da dinâmica do método, também pode deixar tudo mais seguro para a aluna", acrescenta.

Os benefícios do pilates, comprovados em diversos estudos científicos, vão da prevenção da dor lombar ao fortalecimento do assoalho pélvico e da musculatura abdominal, passando também pelo ganho de força dos membros superiores e inferiores, algo extremamente importante para o momento pós-parto. "Claro, quase qualquer tipo de atividade física pode ser indicada para uma gestante, desde que os cui-

dados essenciais sejam tomados. Mas, inegavelmente, outra vantagem que só o pilates tem é a sua característica de não exigir muito do corpo de quem pratica. A mulher, quando está grávida, sofre diversas mudanças físicas e hormonais, ao ponto de não recomendarmos que, durante o exercício, ela seja colocada em uma situação de se adaptar a algo novo, além da gestação do próprio feto, e estressante para o corpo", encerra.

DIFICULDADES E DESAFIOS

Em uma condição física e emocional instável, com altos e baixos durante todo o período de gestação, as dificuldades de se trabalhar com esse tipo de público são enormes. "O principal desafio é a grande responsabilidade que temos ao cuidar da mulher em um período de muitas mudanças. Os profissionais de Educação Física precisam de muita atenção, pois cada gestante responde de uma forma diferente aos estímulos do exercício físico. A cada fase, a formação do bebê necessita de esforços diferentes do corpo da mãe, então há semanas em que elas podem se sentir mais cansadas, com dificuldades que vem e vão", explica Leticia. "A gravidez é um momento sublime na vida de qualquer mulher, com muitos

OUTRAS ATIVIDADES RECOMENDADAS

Hidroginástica: é a atividade mais indicada pelos médicos. Os seus benefícios para as gestantes, principalmente no último trimestre, são relevantes e sempre relatados pelas grávidas, que costumam sofrer muito com o inchaço nas pernas. No entanto, há sempre de se tomar cuidado, pois as aulas devem ser específicas para gestantes.

Caminhada: caminhar em esteira ou ao ar livre é um exercício sem impacto, geralmente liberado para gestantes que não faziam exercício antes da gravidez. Também é uma das modalidades mais recomendadas pelos médicos obstetras, por ser simples, não requerer um nível de aptidão elevado e por ajudar a manter a forma física sem sobrecarregar os joelhos.

Musculação: apesar de parecer incompatível, a musculação pode ser adotada, principalmente se a mulher já praticava antes. Ela, no entanto, não é liberada por todos os médicos. "Se bem orientada, é uma atividade que fortalece musculaturas responsáveis pelo controle postural", defende Gizele Monteiro (CREF 006062-G/SP), autora do livro "Guia Prático de Exercícios para Gestantes".

aspectos hormonais e funcionais em jogo, gratificantes e frustrantes ao mesmo tempo. A verdade é que, em aulas para gestantes, todo dia é um desafio diferente", opina Ana Elisa.

"No início da gestação, são muitas as alterações hormonais, o mal-estar e as náuseas, sem contar a sonolência e a indisposição que dificultam a adesão ao programa de exercícios. Com o passar das semanas, os seios e a barriga crescem, projetando o corpo para frente, e a coluna tentando compensar provoca uma hiperlordose, gerando desconforto. As alterações fisiológicas, morfológicas e psicológicas necessitam de grande atenção por parte do profissional de Educação Física, que precisa ter conhecimento e experiência sobre o assunto", defende Felicetti. "O nosso desafio, enquanto profissionais, é mantê-las motivadas e, dentro do possível, fisicamente ativas e saudáveis. A maioria dos exercícios, como natação, hidroginástica, yoga e caminhada, nos mostra que podemos, principalmente durante a segunda metade da gravi-

Independente de qualquer atividade, é importante respeitar a individualidade biológica de cada gestante

dez, reduzir as queixas que elas costumam fazer", acrescenta Giacomini.

Em uma área que cresce a cada dia, ainda não há um consenso de que todos os profissionais de Educação

Física estejam realmente preparados para atender esse tipo de público. "Acredito que os cursos de graduação têm tantos assuntos para serem trabalhados que o tempo, no fim das contas, se torna pequeno. Por essa razão, a maioria das disciplinas dá

apenas uma base de conhecimento necessário para quase tudo que vamos nos deparar no futuro", analisa Letícia. "Mas, enquanto profissionais formados atendendo os seus clientes, temos que procurar nos aprofundar e nos especializar nos assuntos pertinentes ao nosso nicho de trabalho, para poder oferecer o melhor cuidado possível e um serviço de excelência".

A opinião é compartilhada também por Roberta e Ana Elisa, que veem a oferta de cursos de especialização nesta área aumentarem, cabendo aos profissionais o interesse e a decisão por

fazê-los. "São poucas as universidades que têm uma cadeira ou disciplina que aborda alguma teoria de treinamento para gestantes. Mas, para facilitar a vida de quem procura trabalhar com esse público, muitos artigos e estudos vêm sendo publicados, favorecendo e aumentando o conhecimento dos profissionais que procuram qualificação para ofertar esse tipo de treinamento", complementa Felicetti.

"As faculdades contribuem com a base de conhecimento, tanto em aspectos relacionados a populações saudáveis como para um público com condições mais especiais. O nosso trabalho precisa estar atualizado e amparado por evidências científicas, pois só assim diminuiremos os riscos de erro nas abordagens", acrescenta Giacomini. "A melhor maneira de termos bons resultados no treinamento de gestantes é fazer um trabalho multidisciplinar, lado a lado com os demais profissionais de saúde, principalmente o médico obstetra. Com a realização de uma análise clínica bem detalhada e entendendo que cada caso é único, estaremos no caminho certo para preparar as futuras mães para os desafios e para as descobertas que virão com a chegada do bebê, com ambos saudáveis e prontos para uma vida ativa e feliz", finaliza. ■

Alongamento: para aumentar a flexibilidade e relaxar os músculos sobrecarregados pelas mudanças posturais, o alongamento é recomendado para as gestantes. A prática também proporciona maior agilidade e elasticidade, prevenindo lesões. "Mesmo com o alongamento é necessário cuidar excessos, pois as articulações estão mais sensíveis pelos hormônios", explica Gizele.

Treinamento funcional: a modalidade, quando recomendada para as gestantes, tem o intuito de proporcionar maior equilíbrio, força, resistência e flexibilidade. Há, no entanto, adaptações que precisam ser feitas. Na gravidez, a orientação deve ser sempre a segurança, com o profissional ficando atento ao grau de dificuldade de cada ação dos exercícios propostos.

Yoga: a prática da yoga é ótima para deixar a gestante mais flexível, além de tonificar os músculos e melhorar o equilíbrio e a circulação. A modalidade, entre outras coisas, trabalha com técnicas de respiração e de relaxamento, que também podem ser extremamente úteis na hora do parto, além de auxiliar na diminuição do estresse.



40 ANOS DE GINÁSTICA LABORAL

*CREF2/RS comemora
Dia Estadual da Ginástica
Laboral com workshop*

No dia 1º de dezembro, o CREF2/RS promoveu o workshop "Ginástica Laboral: Os Desafios e Oportunidades do Mercado". O evento, que teve entrada gratuita e contou com a presença de profissionais e acadêmicos do curso de Educação Física da Região Metropolitana de Porto Alegre, foi realizado na FADERGS, como forma de comemorar o aniversário de 40 anos da Ginástica Laboral no Brasil.

Com uma palestra conduzida pelo 1º tesoureiro Alessandro Gonçalves (CREF 005863-G/RS), também diretor da GPA Soluções em Educação Física e Saúde Corporativa, empresa com mais de 15 anos de atuação nesse segmento, o workshop abordou a evolução da atividade ao longo das últimas quatro décadas e a criação do Dia Estadual da Ginástica Laboral. No primeiro momento, Gonçalves destacou diversos conceitos, nem todos relacionados ao ambiente corporativo, e quais são os entendimentos técnicos que se têm hoje da Ginástica Laboral.

"A Ginástica Laboral, com o seu conjunto de práticas físicas elaboradas, é um mercado exclusivo do profissional de Educação Física e ainda pode ser muito explorado. Para isso, é necessário que se tenha uma visão ampla, para que se criem formatos de atendimentos diferentes, até mesmo porque o ambiente corporativo está sofrendo mudanças", avaliou o palestrante. Por conta da reforma trabalhista e das novas possibilidades que envolvem home offices, a Ginástica Laboral passa a ser um ponto de encontro de diversas áreas. "Nós atuamos de forma sinérgica e multidisciplinar, na promoção da saúde e na prevenção de doenças", explicou Gonçalves.

O workshop, além de explorar todos os aspectos mais teóricos da Ginástica Laboral, também trouxe questões de interesse para aqueles que atuam nesse mercado. Gonçalves, em diversos momentos da sua apresentação, deu dicas de como deve ser montada uma proposta de Ginástica Laboral para empresas e quais são as melhores

formas de organizar as aulas. "O profissional precisa adotar estratégias de ensino que não deixem que a Ginástica Laboral caia na mesmice. O objetivo é que os trabalhadores envolvidos realmente percebam os benefícios proporcionados e adotem hábitos de vida mais saudáveis, sobretudo fora das empresas", explicou.

Depois da apresentação, o workshop contou com uma atividade prática, de aproximadamente uma hora. Os participantes puderam testar dinâmicas de aula, exercícios de Ginástica Laboral e trocar experiências. Com cerca de 30 inscritos, o evento foi avaliado de forma extremamente positiva, também pelo espaço aberto para a discussão sobre o tema. "O bom profissional de Ginástica Laboral é aquele que domina ergonomia, anatomia, fisiologia, psicologia, legislação trabalhista, treinamento e pedagogia. Os assuntos que relacionamos dentro de uma aula são tantos que precisamos evidenciar os diferenciais que os profissionais de Educação Física têm", finalizou. ■



Conselho encerra ciclo de palestras sobre a Lei 9.696/98 em Pelotas

FECHANDO 20 ANOS DE REGULAMENTAÇÃO

O CREF2/RS esteve em Pelotas, no dia 17 de outubro, para realizar o último encontro do Ciclo de Palestras "20 Anos de Regulamentação da Profissão de Educação Física". O evento ocorreu na Escola de Educação Física da UFPel e reuniu cerca de 30 profissionais e estudantes. A atividade teve apresentações conduzidas por Samuel de Almeida (CREF 013510-G/RS), assessor institucional do CREF2/RS; e por Leandro Leal (CREF 008113-G/RS), criador do Total Body Test e personal trainer.

Na abertura do evento, foi destacado o sucesso do ciclo de palestras, que também visitou Santa Maria e Caxias do Sul, e os grandes avanços conquistados pela Educação Física após a assinatura da Lei 9.696/98. Na sequência, Almeida ministrou a palestra "Orientação e Fiscalização do Exercício Profissional da Educação Física". Ele destacou quais são as atribuições do Sistema CONFED/CREFs. "O nosso trabalho, especificamente relacionado à Comissão de Orientação de Fiscalização,

é elaborar as instruções para as ações de fiscalização e determinar as atividades no Estado", complementou. Samuel ainda explicou aos presentes como é o dia a dia dos agentes fiscais e o que pode acontecer em casos de infrações.

Em um segundo momento, foi possível tirar dúvidas da plateia e explicar as diferenças de atuação entre o Conselho e o Sindicato dos Profissionais de Educação Física (SINPEF-RS). "Não cabe ao CREF2/RS a demanda trabalhista, relacionada ao valor da hora-aula e do piso da categoria. Compete ao Conselho a fiscalização e a orientação do exercício profissional, zelando pela qualidade dos serviços prestados em defesa da sociedade", explicou.

Por fim, a segunda palestra da noite, intitulada "A Importância da Avaliação Física nas Academias, Empresas e Escolas", foi ministrada por Leal e trouxe para o debate um assunto de grande importância para aqueles que atuam na área. "A oferta da avaliação

física, etapa em que percebemos com maior clareza o que podemos fazer com cada pessoa, é o que diferencia a boa academia dos estabelecimentos comuns", declarou. O palestrante também salientou como os profissionais podem usar a avaliação física – antes, durante e depois do programa de treinamento – e como ela pode ser implementada em outros locais, como empresas e escolas, contribuindo com a motricidade de crianças e com a postura dos que passam longas horas sentados em frente a computadores.

Na sua apresentação, Leal também elencou os principais componentes da avaliação física e explicou como funcionam os seus diferentes métodos, relacionados à bioimpedância, antropometria e à análise do Índice de Massa Corporal (IMC). "A avaliação física faz o aluno adquirir autoconhecimento e também se torna um instrumento de fidelização, pois a melhora no desempenho destas pessoas se torna mensurável e perceptível, principalmente para eles mesmos", analisou. ■



FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA DENTRO DO MAR

A importância do registro profissional para o ensino do surf

As recentes vitórias do surf brasileiro em competições mundiais estão fazendo a modalidade crescer em todo o Brasil, especialmente no Rio Grande do Sul. Em Torres, norte do litoral gaúcho, o profissional de Educação Física e ex-atleta Felipe Raupp (CREF 001673-G/RS) é um dos pioneiros no ensino do esporte, com a sua escola criada em meados da década de 80, quando o surf ainda reunia poucos praticantes e metodologias que careciam de todo o embasamento científico que se tem hoje à disposição.

Inspirados pelo sucesso de Gabriel Medina, Mineirinho e de referências como Kelly Slater e Mick Fanning, cada vez mais crianças, adultos e até mesmo idosos estão buscando aulas de surf para ingressar no mundo do esporte, seja com propósitos de lazer, saúde ou até mesmo de se tornarem atletas profissionais. Os conhecimentos que Raupp adquiriu na faculdade, somados à sua experiência dentro da água e em diversos cursos realizados nos Estados

Unidos e na Austrália, fazem dele uma referência, principalmente para aqueles que estão apenas começando. Na entrevista a seguir, o profissional fala da sua trajetória, da importância do curso de Educação Física para o ensino do surf e sobre o atual cenário que envolve o esporte por aqui.

O que levou você a se interessar pelo ensino do surf?

Quando me interessei pelo esporte, nos anos 70, pouco se falava sobre 'como aprender a surfar'. Aprendíamos na prática, com tentativas e erros, até porque em nosso país o esporte estava apenas iniciando. Nos anos 80, comecei a participar de competições regionais de surf, como atleta. O surf, nessa época, começou a ser visto como esporte profissional, com o início do Circuito Mundial de Surf e com o aparecimento de notícias sobre as competições. Mas como a minha família sempre priorizou os estudos e não existia um curso mais específico, pensei que o melhor caminho para mim

seria a Educação Física. Então, em 1984 entrei para a faculdade, sempre com o interesse de fazer do surf uma modalidade respeitada. Nessa época, também criei a minha escola, a Escola de Surf Felipe Raupp, e fui aplicando a informação científica sobre o esporte para me tornar um professor, estruturando a minha metodologia de aula. O que me levou ao ensino do surf foi a inexistência de cursos aqui, que passassem informações práticas, técnicas e de segurança, como eu estava tendo acesso na universidade. Hoje posso dizer que tenho uma escola de surf, aberta a qualquer tipo de público, que preenche estes requisitos.

O que é necessário para ser um bom professor de surf?

O que a faculdade de Educação Física trouxe de importante para a sua carreira profissional?

Primeiro, é necessário ter muito conhecimento do mar, e este conhecimento só é adquirido através de experiência. Segundo, a formação

superior em Educação Física e, depois disso, buscar o credenciamento e a regulamentação junto aos órgãos competentes. São etapas que eu vejo como necessárias por saber que o que passo aos meus alunos é cientificamente embasado e também porque deixa o meu trabalho passível à fiscalização. Outro ponto importante é saber identificar e respeitar a individualidade de cada aluno. Todas as disciplinas ministradas no curso de Educação Física nos trazem embasamento, segurança e eficiência para ministrarmos aulas de surf. A faculdade teve uma extrema contribuição na minha carreira, os professores sempre indicaram os caminhos corretos, passaram vivências como educadores e o contato com colegas das mais variadas áreas me fez crescer também como pessoa.

Você foi o criador de uma das primeiras escolas de surf do Rio Grande do Sul. Como você vê a evolução do esporte aqui no Estado nos últimos anos?

A evolução foi considerável. Hoje temos uma visão mais ampla do surf: como esporte competitivo, como lazer, como esporte terapêutico e também o surf como saúde preventiva. O avanço também foi feito no surf adaptado e em 2020, no Japão, teremos pela primeira vez o surf nas Olimpíadas e nas Paraolimpíadas. Também observei que a faixa etária dos praticantes ampliou. Por exemplo, na Escola Felipe Raupp, temos crianças de cinco até pessoas de 70 anos interessadas e praticando. Porém, em relação ao esporte competitivo, o Rio Grande do Sul, que já teve atletas de nível nacional e internacional, hoje sofre com a falta de atuação da Federação Gaúcha de Surf, o que explica, em partes, a carência que temos de representantes nas grandes competições.

O surf, principalmente com o sucesso recente de Gabriel Medina e de Mineirinho, se tornou ainda mais popular no Brasil. A procura pelas aulas também cresceu de lá para cá?

Estamos vivenciando um dos melhores momentos do surf brasileiro nas competições internacionais. As conquistas de Gabriel Medina e de Adriano de Souza (Mineirinho), em Campeonatos Mundiais, é motivo de orgulho para todo surfista brasileiro. Além disso, em 2018, o título mundial esteve na disputa entre dois brasileiros, Filipe Toledo e Gabriel Medina. A visibilidade trouxe respeito e admiração por todo um trabalho planejado e acompanhado por profissionais especializados. O espaço que o surf ganhou na mídia está servindo como incentivo para a ampliação de adeptos ao esporte. Hoje observo um maior número de surfistas, já temos pessoas procurando as praias gaúchas o ano inteiro, não só durante o verão. O número de alunos cresceu, mas não como o esperado. Ainda considero pequeno o número de pessoas que usufruem do nosso litoral para a prática e, principalmente, para o aprendizado do surf, considerando tudo o que podemos oferecer. Mas acredito que esse será o caminho escolhido por cada vez mais pessoas. O surf é fonte de muito prazer, temos um litoral com boas condições, praias próximas das cidades grandes e, certamente, o número de surfistas e de aprendizes vai aumentar significativamente nos anos futuros.

O que você recomendaria para todos aqueles que gostariam de aprender surf? Com o que é necessário tomar cuidado na hora de se escolher uma escola ou um professor?

Recomendo procurar escolas e professores devidamente regulamentados.

Nossa profissão é como a medicina ou a engenharia, é preciso ter as devidas credenciais para poder exercê-la. A formação superior e a regulamentação da escola garantem ao aluno a qualidade do serviço e isso passa mais confiança para quem nos procura. Também recomendo que se busque informação sobre o trabalho realizado pela escola e pelo professor, o tempo de prática da escola, os equipamentos utilizados, a responsabilidade e a ética da escola e o comprometimento do professor com os seus alunos. E, além da graduação, também considero importante a busca por instrutores em constante aperfeiçoamento, através de cursos e de viagens. Temos cada vez mais descobertas a respeito de treinamentos, técnicas e equipamentos para os mais variados perfis de praticantes. Um professor bem informado vai saber exatamente o que cada aluno precisa para garantir o seu aprendizado.

Para você, como o surf ainda pode crescer no Rio Grande do Sul?

Temos muito por fazer! É necessário ativar as associações de surf, ativar e organizar a Federação Gaúcha de Surf, receber incentivo das prefeituras para as escolas existentes no Estado e poder garantir um apoio para os profissionais que dedicam as suas vidas para oferecer um trabalho de excelência. Ainda podemos difundir a prática do surf não só como esporte, mas também como turismo, lazer, educação, terapia e saúde preventiva. Também é essencial que se desenvolva uma consciência ecológica para proteger as nossas praias e os oceanos da poluição. Quanto ao mundo competitivo, temos uma carência de programas de apoio e incentivo aos profissionais do surf, para que seja possível ter uma carreira como técnico, surfista profissional ou atleta olímpico. ■

LEILA CASTILLO



Envolver diretamente com o dia a dia da Comissão de Controle e Finanças e com as atividades promovidas pela Comissão de Educação Física Escolar e pela Câmara Técnica de Paradesporto e Atividade Física Adaptada, Leila Castillo (CREF 000113-G/RS) terminou o seu mandato como conselheira do CREF2/RS em 2018. Ela, que sempre quis ser professora e foi atleta de esgrima durante boa parte da sua adolescência, chegou ao Conselho há alguns anos, já sabendo quais eram os papéis desempenhados dentro do órgão para a valorização e para o reconhecimento de toda a sociedade quanto à atividade do profissional de Educação Física.

Apaixonada pela atividade física desde muito cedo, Leila iniciou a sua carreira como professora de ballet clássico em meados dos anos 80. Depois, atuou como instrutora de esgrima do Grêmio Náutico União e de natação no Tere-sópolis Tênis Clube. "Como professora da Educação Física, trabalhei também em escolas infantis, no município de Gravataí e no magistério estadual. Em 2011, ingressei na rede federal, onde permaneço até hoje, como professora

do IFRS Campus Sertão", conta. Independente do local de atuação, a conselheira lembra sempre com carinho dos lugares pelos quais passou e do trabalho realizado. "Na Escola Estadual Ceará, onde fui diretora em 2008, implementamos o Ensino Médio, uma demanda da comunidade de mais de 30 anos. A atuação dentro do ambiente escolar sempre foi muito recompensadora, ainda mais depois de ter sido eleita conselheira de educação no Conselho Social e Econômico do Rio Grande do Sul, no Governo Tarso".

Com um grande currículo na docência e fazendo do profissional de Educação Física um agente de transformação para toda a sociedade, Leila também ajudou a ampliar a atuação do CREF2/RS para áreas poucas exploradas. "Nas questões relacionadas à Educação Física Escolar, tivemos grandes avanços, como a obrigatoriedade da presença do profissional de Educação Física em todas as etapas de ensino, ministrando a disciplina das séries infantis ao Ensino Médio em Porto Alegre. Também me envolvi na criação da Câmara Técnica de Paradesporto e Atividade Física Adaptada e auxiliei na formação

e qualificação de fiscais, mas acho importante salientar que o trabalho do Conselho é coletivo. Sem a união de todos pelo CREF2/RS e pela Educação Física nada seria possível", frisa.

Mesmo após a sua saída do CREF2/RS, Leila continuará lutando pela valorização do profissional de Educação Física, principalmente no interior. "A Educação Física é muito promissora e muitas áreas reivindicam nosso espaço. Ao Sistema CONFEF/CREFs, cabe garantir a necessidade da formação específica em Educação Física para atuar na área da atividade física, da saúde, do esporte e do lazer", explica. Nos próximos anos, com o trabalho dos novos conselheiros, Leila acredita que cada vez menos os profissionais verão o CREF2/RS como um inimigo. "Se hoje temos uma área de atuação, foi porque lutamos para que a nossa profissão fosse regulamentada, nos anos 90. Por isso, precisamos ser também fiscais e denunciar as pessoas que ocupam os nossos postos de trabalho sem serem formadas, algo essencial para que a gente continue crescendo, com o respeito e com o reconhecimento de toda a sociedade". ■



ALESSANDRO GAMBOA

A trajetória de Alessandro Gamboa (CREF 001534-G/RS) no CREF2/RS, apesar de recente, é repleta de atividades. Além de ser o atual 2º vice-presidente do Conselho, ele também é presidente da Comissão de Orientação e Fiscalização (COF), relator das solicitações de baixa de registro e de provisionados e esteve à frente da Câmara Técnica de Futebol, que já realizou alguns eventos sobre o mercado de trabalho para os profissionais registrados. "A motivação que tenho é trabalhar em prol da Educação Física, promovendo melhorias nas várias áreas de atuação da nossa profissão. Temos um longo caminho a percorrer, a conhecer e a melhorar. Tenho convicção que o nosso futuro só depende da nossa união", avalia.

Gamboa está, há muito tempo, inserido no mundo da Educação Física. Sempre muito ligado às práticas esportivas, foi da área das lutas até chegar ao mercado fitness. Foi coordenador técnico de diversas academias de Porto Alegre, como a Body One Club, depois adquirida pela Rede Bodytech, e ainda é personal trainer há quase duas décadas. "Além do desporto e do fitness,

também sempre me interessei muito pela área da saúde, buscando conhecimento desde a época da faculdade. A Educação Física é, simplesmente, a união das minhas maiores paixões", revela o conselheiro.

Quando não está atuando como consultor de academia ou diretor técnico da G2 Sports, uma empresa da área fitness com várias ramificações, Gamboa está desempenhando as suas funções no CREF2/RS. No Conselho, o seu dia a dia é intenso, de muito trabalho e diversas conquistas. "Na COF, conseguimos profissionalizar os procedimentos administrativos, tornando as ações de fiscalizações mais eficientes. Também melhoramos todo o processo orientativo e punitivo", conta. "Já na Câmara Técnica de Futebol, reunimos profissionais que atuam na área, trazendo-os para perto do CREF2/RS. Com esse grupo, já demos palestras em diversas faculdades do Rio Grande do Sul, falando para estudantes e outros profissionais. Nesses encontros, ainda conseguimos apresentar as responsabilidades de quem atua na Educação Física, orientando e desmistificando o trabalho do Conselho".

Com mais de três anos de mandato pela frente, Gamboa ainda quer, como conselheiro e membro da Diretoria do CREF2/RS, que o órgão siga desempenhando sua função primordial, de proteger a sociedade, para que somente profissionais de Educação Física atuem na área. Da mesma forma, ele quer que o Conselho continue lutando pelos interesses da profissão, tanto na área política quanto em relação às leis que interferem o dia a dia da categoria. "O desafio será continuar trabalhando para que não percamos as nossas conquistas, mas também para que ainda tenhamos avanços. Somente a união dos profissionais de Educação Física com a sociedade em geral vai valorizar a nossa prática profissional", pondera. "Espero que cada vez mais os profissionais se interessem pelas atividades do Conselho, procurando se inteirar de tudo aquilo que é feito em prol da Educação Física. A nossa profissão é feita de regulamentação, capacitação, dedicação e saúde. Conhecer os caminhos dos bons resultados é gratificante. Para mim, o CREF2/RS é de todos os profissionais e, quanto mais interação tivermos, melhor será para todos nós", finaliza. ■

A ESCOLA NÃO É

“LUGAR DE BARRIGA”

Denise Raquel Rohr
 CREF 014393-G/RS
 Maria Simone Schwengber

Adaptação de artigo publicado originalmente na Revista Educação UFSM, V. 40, N. 3, de setembro/dezembro de 2015.

Falar da gravidez na adolescência implica olhar esse acontecimento de um modo particular: talvez não se trate nem de subversão nem de desejo. Talvez não se possa pensar em acaso, acidente, descuido, ingenuidade. Talvez se possa pensar como um pedido de socorro ou amparo ao parceiro, idealização de um futuro melhor por intermédio do filho. Diante dessa complexidade de hipóteses, podemos pensar que as vozes das meninas que engravidaram na adolescência necessitam ser ouvidas, pois muitas falam do desejo de ter um(a) filho(a), acreditando que essa criança lhes dê o status de mãe e que este pode levá-las a uma valorização social, além da promessa de uma relação afetiva duradoura, de ter uma família e um lar.

As expressões gravidez e adolescente são discutidas e analisadas na literatura numa perspectiva mais psicológica do que educacional (CHECCHIA, 2010). Desse modo, nos instigamos a compreender os movimentos de saída e de retorno à escola das jovens-mães, quando é possível indagar: qual é o lugar de uma adolescente grávida na escola? Elas marcam quais diferenças

na escola? A presença delas coloca em suspense e questiona os valores pregados pela instituição escolar?

A sociedade contemporânea modificou-se, e as mulheres vislumbraram diferentes perspectivas de vida. Isso não impediu e não impede, no entanto, que a cada ano mais jovens pobres engravidem numa idade em que deveriam envolver-se com outras questões. Brandão (2006) observa que entre os grupos sociais mais favorecidos há certo prolongamento da juventude, bem como o aumento do tempo de estudo, a aquisição tardia de autonomia econômica/material e até mesmo índices menores de gravidez na adolescência. Já nas classes populares, como destaca Heilborn (2003), a juventude tende a ser mais breve, com interrupções precoces nos estudos pela inserção (ainda que precária) no mercado de trabalho, pelas más condições materiais e, muitas vezes, por acontecimentos como a gravidez.

O CAMPO DE ESTUDO

Sabe-se que a escola se constitui hoje como um dos espaços de construção

e de trocas de conhecimento, informações, ideias e socialização. Notam-se, também, as limitações dessa instituição em dar conta, dentro do currículo, não somente dos conteúdos de cada disciplina, mas de temas emergentes entre os jovens, como a sexualidade, a gravidez, as drogas, entre outros, que são os chamados Temas Transversais, descritos nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (BRASIL, 1997).

Esta pesquisa caracterizou-se como estudo de campo com viés etnográfico e composição narrativa de histórias de vida. Para Gil (2002), o estudo de campo realiza-se através de observações diretas no campo de estudo, além de várias entrevistas com o grupo estudado – aqui as jovens-mães e a equipe diretiva das escolas. Nesse sentido, a centralidade deste estudo baseou-se na escuta e reconstrução de narrativas biográficas, mostrando suas trajetórias afetivo-sexuais, familiares e, principalmente, educacionais, no sentido de compreender como as jovens enfrentam os movimentos escolares.

Nosso campo de pesquisa foi escolas da periferia de Ijuí (RS). Buscamos

compreender algumas ações que desenvolvem em relação à sexualidade e à gravidez das jovens. São duas escolas públicas, porém com dois contextos diferentes. Uma pertence à rede pública municipal, e a outra faz parte da rede pública estadual.

A ESCOLA E "AS BARRIGAS": RELAÇÕES POSSÍVEIS?

De acordo com as entrevistas realizadas com as direções das duas escolas, os dados mostram que as escolas estudadas não possuem um projeto que trabalhe com a educação afetivo-sexual. Conforme o diretor da escola municipal, "o que acontece são ações isoladas dentro de uma ou duas disciplinas, por iniciativa de um ou dois professores e não do grupo escolar". As direções destacam que há projetos globais que trabalham com a leitura, com a escrita, mas não com outras questões, como a sexualidade, que também estão presentes no cotidiano da escola.

Nesse sentido, as direções evidenciam em suas narrativas discursivas que as escolas têm receio em discutir temas como a sexualidade e a gravidez na juventude, já que, conforme o diretor da escola municipal, "alguns pais poderiam incitar que a escola está incentivando os alunos a terem uma vida sexual ativa ao ensinarem como se usa um preservativo, por exemplo". Sendo professora de uma das escolas pesquisadas, uma das pesquisadoras percebe que muitos pais não têm abertura e franqueza com seus filhos para falar sobre assuntos da ordem afetivo-sexual. Isso se reflete diretamente nas aulas de Educação Física, nas quais as alunas procuram a professora para conversar sobre gravidez, menstruação, relações sexuais, lhe contam suas experiências e fazem perguntas.

Assim, as direções das escolas admitem que é preciso ampliar a formação continuada dos professores com temas emergentes como sexualidade, gravidez e doenças sexualmente transmissíveis. Na prática, ainda existe uma série de entraves para que essa participação aconteça nos espaços da educação escolar. Um deles, por exemplo, é que muitos profissionais ainda percebem os adolescentes e os jovens como pessoas "em formação", que necessitam de orientação e tutela, e que não têm maturidade suficiente para exercer plenamente seus direitos sexuais e reprodutivos. Isso faz com que as informações e o acesso aos materiais pedagógicos de prevenção sejam dificultados no contexto das escolas, deixando os alunos mais expostos a agravos.

Outro elemento importante é que a gravidez na adolescência, em grande parte das escolas brasileiras, tem sido vista e tratada, como vimos na nossa pesquisa, como uma questão mais vinculada ao universo feminino do que ao masculino. Parece que o menino é uma figura com pouca presença e com pouco poder de inclusão nos debates escolares. Entendemos que exista aqui um universo educativo a ser construído, a partir de uma discussão sociocultural de gênero. Observamos nas raras situações desse tema que a saúde reprodutiva, a discussão e a utilização de métodos preservativos residem muito mais como uma responsabilidade das meninas do que dos meninos.

Uma barriga presente no ambiente escolar mexe com a rotina da instituição, além de mostrar para todos uma sexualidade que antes era escondida e, agora, publicada na sua concretude. Talvez se possa pensar que a transitoriedade dessas jovens, ao trocarem de

escola quando do acontecimento da gravidez, é uma tentativa de permanecer no anonimato – enquanto a barriga não crescer, enquanto a barriga não mostrar que a jovem é sexualmente ativa. Algumas jovens até retornam para a escola, por insistência da equipe diretiva ou do Conselho Tutelar. Poder-se-ia dizer que essa mobilidade escolar ocorre porque elas "não sentem a escola como sua", como afirma Matos (2003).

Para ilustrar esse argumento, apresentamos fragmentos da narrativa de Rosângela, uma das jovens-mães estudadas. Evidenciamos que as trajetórias escolares da sua família refletem processos de escolarização precários. Além disso, a desistência da jovem da escola parece mostrar que ela sentiria vergonha em estar grávida; vergonha em mostrar que é ativa sexualmente. Então, como salienta Catharino (2008), é difícil afirmar se as jovens não estudam porque engravidam ou se engravidam porque não querem mais estudar. A jovem relata: "na minha família ninguém é estudado. A mãe estudou até a quinta série. Não fui mais para a escola porque a barriga ia crescer e, mais tarde, todo mundo ia ver que eu estava grávida com essa idade".

Ao descobrir-se grávida, muda de escola para permanecer uma espécie de gestante anônima: escola diferente, pessoas diferentes, ninguém saberia da sua história. Rosângela relata: "logo que eu engravidei, eu mudei de escola, vim estudar na escola municipal. Ninguém me conhecia muito, não tinha amigos, então não falavam muita coisa, até porque a barriga não aparecia. Mas se fosse lá no outro colégio onde eu estudava, ia ser diferente; todo mundo ia começar a dar risada de mim, porque eu não me cuidei, estraguei a vida".

Na nova escola (municipal), ao que parece, não demorou muito para surgirem os comentários acerca da gravidez de Rosângela. Logo ela parou de frequentar as aulas e entrou em acordo com os professores para realizar seus trabalhos a distância. Assim que terminou o ano letivo, ela voltou à escola para apenas “pegar a transferência”, como um mecanismo de permanecer no anonimato por mais algum tempo. E complementa: “com dois meses de gravidez, parei de ir nas aulas. A escola veio atrás, os professores me mandavam trabalhos para fazer em casa para eu não perder o ano. Mas como eu não sabia nada, dei para uma amiga fazer e entregar lá na escola. No início de 2011, troquei novamente de escola. Voltei para a escola estadual. Pedi o atestado de vaga e me deram vaga para a sétima série, porque eu não sabia que tinha passado de ano. E aí fui na escola municipal pegar a transferência de fato, e a secretária me falou que eu tinha passado. Na hora levei um choque; pensei ‘ainda bem’, e me matriculei na escola estadual na oitava série, mas nunca fui na aula”.

Rosângela, de certa forma, denuncia aqui o discurso contraditório da escola estadual. Enquanto a escola afirma que faz diversas tentativas de trazer as jovens mães de volta, a jovem afirma que a escola não a procurou para que voltasse a frequentar as aulas, para que não desistisse dos estudos, muito menos para lhe oferecer trabalhos a distância. De certa forma, isso implica questões muito mais amplas do que o simples contato da escola com a jovem. Nos excertos anteriores, fica evidente o descrédito da escola no imaginário de Rosângela, ao passar os trabalhos para outra colega fazer e entregá-los na escola e ao ficar surpresa quando soube que tinha passado para a oitava série.

Apesar de deixarem de frequentar a escola quando se descobrem grávidas, as jovens alimentam o sonho de um dia retomar os estudos: “quando o filho crescer, quando eu puder deixá-lo na creche”, como afirmam três jovens. Percebe-se nisso tudo, todavia, a distância entre o desejo de retomar os estudos e a real permanência na escola quando do retorno a ela, conforme afirma Matos. Para a autora, ainda está acontecendo a incorporação da escola como valor pelas famílias pobres, que em geral vivenciam o acesso à escola parcialmente, por intermédio dos próprios filhos. Esta é uma experiência frágil, pois mesmo com a sinalização do mercado de trabalho sobre a importância da escola, falta intimidade entre os pais e esta instituição.

É preciso compreender, entretanto, as narrativas de jovens-mães pobres nas suas singularidades, pois, apesar de todas as dificuldades por elas enfrentadas, das desigualdades sociais e culturais vividas em seus meios, elas são jovens ativas que elaboram e constroem um modo particular de se relacionar com o universo escolar. Neste momento, parece pertinente questionar: o que têm essas jovens de comum entre elas, além da pobreza que as leva a atribuir tão frágil valor à escolaridade? O que há de comum entre elas, além da pobreza, que funciona como aspecto distintivo de seus grupos informais quando comparados a grupos informais de jovens urbanos pertencentes a outros níveis de classe? (GOMES, 1997).

Um ensaio para essas respostas é apresentado por Leão (2006), quando afirma que a resposta pode estar na história familiar de escolarização precária e incompleta. Em outras palavras, a resistência à escola e o baixo valor atribuído à educação pelos jovens é

uma questão de não familiaridade com a cultura escolar em decorrência de a história familiar de escolarização ser ainda recente e incompleta.

Assim, apesar da baixa escolaridade de seus pais e das próprias jovens, a escolarização dos filhos permanece como um valor, pois, conforme as narrativas, há uma aspiração e uma expectativa de ir além do que os pais conquistaram; há o desejo de poder oferecer aos filhos uma vida melhor que a vida que elas têm, indireta e implicitamente, através da escolarização. Nesse sentido, as jovens só investirão tempo e esforços na sua escolarização na medida em que aparecerão benefícios que elas pretendem obter em termos de mobilidade social. A escola, como instituição pública, tem a obrigação de receber essas alunas-mães e oferecer a elas um suporte mínimo para que retomem sua vida escolar e almejem um futuro melhor.

Nesse sentido, a decisão entre continuar ou parar os estudos e a disposição para retomá-los, em função da gravidez, depende de inúmeros fatores que as próprias jovens colocam diante da possibilidade de voltar para a escola. Fatores como os cuidados com o filho, o ingresso no mercado de trabalho para auxiliar nas despesas da casa ou o ciúme do companheiro apareceram nos depoimentos.

Para as jovens-mães, o retorno para a escola após a gestação parece transformar-se em um modo de estabelecer um vínculo social mais forte que o familiar, no qual, pela educação, teriam a possibilidade de, talvez, garantirem o futuro dos filhos e, como elas afirmam em suas narrativas, “voltar a estudar para poder dar ao meu filho tudo o que eu não tive”. Muitas vezes, essas meninas abandonam a escola, mas

não o projeto de retornar a ela, pois sabem que só é possível uma mudança nas suas vidas e "dar tudo o que o filho pedir" se voltarem a estudar, se profissionalizar e se inserir no mercado de trabalho.

Para Catharino (2008), a gravidez na adolescência pode constituir-se "numa denúncia, num grito de socorro, que aponta para uma situação de abandono social". Já Novaes (2006) ressalta que "a escola é vista como um bom lugar para se fazer amigos e integrante de uma sociabilidade que caracteriza a condição juvenil. Parece que estar prematuramente fora da escola é mais uma das marcas de exclusão social". Então, a baixa escolarização das jovens mães pesquisadas passa a ser mais um motivo para elas serem excluídas socialmente, na vida social e no mercado de trabalho. Nesse sentido, a experiência de escolarização disponível para crianças e jovens em situação de pobreza permite-nos demarcar um ponto de partida, "mas não oferece garantias que se estabelecerá um ponto de chegada" nas iniciativas empreendidas na sua vida a partir da escola, conforme Freitas e Silva (2005).

PARA CONTINUAR REFLETINDO

Srougi (2012) destaca que "a escolaridade materna tem mais influência do que a paterna na sobrevivência e no sucesso dos filhos, e, é neles que elas investem os recursos que têm". Em outras palavras, filhos de mães mais escolarizadas que os pais têm maiores chances de se escolarizar e melhorar as suas condições de vida e talvez saírem da pobreza. O autor pontua também que, conforme dados da Organização Mundial da Saúde, "as taxas de filhos escolarizados são 40% maiores quando a mãe é escolarizada, em contraposição ao pai alfabetizado".

O levantamento do IBGE (2009) destaca que a atual geração de crianças e jovens pobres está superando a trajetória escolar de seus pais, mas também confirma a baixa escolaridade de boa parte da população pobre adulta. Há um indicador lento de que a melhoria da escolarização se dá quanto mais recente é o ano no qual o sujeito nasceu, pois maiores serão as chances de completar o Ensino Médio. O aumento dos anos de estudo gera um movimento positivo que parece causar maior impacto nas próximas gerações. O investimento em educação tem se dito investimento que quase nunca retroage, pois hoje é cada vez mais difícil encontrar, mesmo nas famílias pobres, alguém que admita que o filho tenha uma escolarização menor que a de seus pais.

A escola, como instituição social, delimita espaços e, de certo modo, lugares sociais. A partir de símbolos, códigos e normas, ela institui o que cada um pode ou não fazer, como afirma Louro (2008): "ela separa e institui". A escola, ao romper o vínculo com as jovens evadidas ou transferidas, de certo modo, passa a responsabilidade ou o problema para outra escola. Quando, entretanto, as jovens ainda são alunas e deixam de frequentar as aulas, as equipes diretivas buscam todas as alternativas para que elas retornem à escola e não abandonem os estudos, e oferecem oportunidades como trabalhos a distância. A dúvida que fica é se essas tentativas das escolas são válidas e de que maneira as jovens aproveitam essas alternativas, ou ainda, em quais condições e com que qualidade ocorre o seu processo de aprendizagem fora do ambiente escolar.

Esse tema está longe do fim. E não é para menos, pois apesar de tantas mudanças sociais ocorridas nessa

segunda década do século XXI, ainda uma se mantém na socialização de qualquer menina, de que a maternidade (ou a barriga) é uma experiência para ser vivida no futuro. ■

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA BRASIL. Mulheres são maioria entre jovens fora da escola e do mercado de trabalho. 2011.
- BRANDÃO, R. Gravidez na adolescência nas camadas médias: um olhar alternativo. In: ALMEIDA, M.; EUGENIO, F. (Orgs.). *Culturas jovens: novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais*. Brasília: MEC, 1997.
- CATHARINO, R. *Da gestão dos riscos à invenção do futuro: um outro olhar sobre a gravidez na adolescência*. Rio de Janeiro: Quartet, 2008.
- CHECCHIA, A. *Adolescência e escolarização: numa perspectiva crítica em psicologia escolar*. Campinas: Alínea, 2010.
- FREITAS, C.; SILVA, F. *Escolarização, pobreza e socialização na infância e na juventude: uma proposta de plataforma de pesquisa interdisciplinar para a educação*. Revista EccoS, São Paulo, 2005.
- GIL, C. *Como delinear um estudo de caso? Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.
- GOMES, V. *Jovens urbanos pobres: anotações sobre escolaridade e emprego*. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, 1997.
- HEILBORN, L. *Estranha no ninho: geração, tempo e sexualidade*. In: VELHO, G.; KUSCHNIR, K. (Orgs.). *Pesquisa urbana: desafios do trabalho antropológico*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Brasília: IBGE, 2010.
- IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – 2009*. Brasília: IBGE, 2009.
- LEÃO, P. *Experiências da desigualdade: os sentidos da escolarização elaborados por jovens pobres*. Educação e pesquisa, São Paulo, 2006.
- MATOS, K. *Juventude, professores e escola: possibilidades de encontros*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003.
- NOVAES, R. *Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias*. In: ALMEIDA, M.; EUGENIO, F. (Orgs.). *Culturas jovens: novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

O REGISTRO JUNTO AO CREF₂/RS E O PAGAMENTO OBRIGATÓRIO DA ANUIDADE

*Matheus Bergmann
 Assistente Jurídico do CREF₂/RS
 OAB/RS 93.995*

O registro junto ao conselho profissional de todas as profissões regulamentadas é de extrema importância para o reconhecimento dos atuantes dessas diversas áreas no território nacional. Não é diferente com relação aos profissionais de Educação Física e aos respectivos CREFs.

É tão importante o registro junto ao Conselho, no caso dos atuantes nesta área da saúde, que a própria lei que regulamentou a profissão de Educação Física (Lei Federal 9.696, de 1º de setembro de 1998) tratou, em seu primeiro dispositivo normativo, que a atuação profissional nesta área seria realizada apenas pelos registrados nos Conselhos Regionais de Educação Física, vejamos:

Art. 1º. O exercício das atividades de Educação Física e a designação de Profissional de Educação Física é prerrogativa dos profissionais regularmente registrados nos Conselhos Regionais de Educação Física.

Verifica-se, assim, a obrigatoriedade do registro a todos aqueles que,

preenchidos os requisitos legais previstos no art. 2º da lei mencionada, queiram exercer a profissão relacionada à Educação Física, sob pena de estarem exercendo ilegalmente a profissão, incorrendo em contravenção penal prevista na Lei das Contravenções Penais (Decreto-Lei 3.688, de 1941).

Assim, observa-se que não é uma faculdade do profissional de Educação Física registrar-se perante seu Conselho de Profissão, mas sim um dever perante a sociedade, tendo em vista os dispositivos legais anteriormente citados. Outrossim, é o próprio registro profissional que gera a obrigação tributária do pagamento de anuidades perante o CREF₂/RS, sendo esta a única receita deste Conselho e o que fortalece a regulamentação da profissão, bem como fiscalização dos profissionais e empresas prestadoras de serviços na área.

ANUIDADE

O pagamento das anuidades aos Conselhos têm caráter tributário, ou seja, obrigatório/compulsório por parte dos

registrados no CREF₂/RS. Identifica-se este como uma contribuição parafiscal, incluída no gênero das Contribuições sociais/especiais, previstas no artigo 149 da nossa lei maior (Constituição Federal, de 1988):

Art. 149. Compete exclusivamente à União instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas, observado o disposto nos arts. 146, III, e 150, I e III, e sem prejuízo do previsto no art. 195, § 6º, relativamente às contribuições a que alude o dispositivo.

Posteriormente, a Lei Federal 12.514, de 2011, estabeleceu que o fato gerador do tributo (situação que gera a obrigação pecuniária) é o registro perante o conselho profissional, assim previsto:

Art. 5º. O fato gerador das anuidades é a existência de inscrição no conselho, ainda que por tempo limitado, ao longo do exercício.

Desta forma, percebe-se que o registro profissional junto ao CREF2/RS é um dever de todos que queiram exercer legalmente a profissão da Educação Física, bem como o pagamento das anuidades respectivas, que é a única receita dos CREFs, sendo assim o combustível para o fortalecimento da profissão, proteção da sociedade da prestação do serviço na área e reserva de mercado aos profissionais habilitados.

A inadimplência por parte dos profissionais e empresas registradas, além de enfraquecer a fiscalização e a proteção da sociedade da má prestação de serviços, gera ao profissional uma dívida tributária perante a União, que resulta na inscrição em Dívida Ativa.

Para o melhor desenvolvimento da profissão, fortalecimento desta classe de profissionais e para a segregação dos maus, é indispensável que sejam cumpridos os requisitos legais previstos na farta legislação pertinente à matéria que obriga o registro no CREF2/RS aos profissionais que queiram exercer a profissão no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, com o pagamento da anuidade e cumprimento dos demais deveres éticos explícitos ou não no Código de Ética desta profissão, transformando o CREF2/RS em uma instituição mais sólida em busca dos direitos dos profissionais e do direito da população na correta prestação dos serviços nesta área da saúde.

DIFERENÇA ENTRE REGISTRO DE PESSOA FÍSICA E JURÍDICA

O registro de Pessoa Física está vinculado ao CPF e habilita o profissional a exercer a atividade dentro da habilitação em que foi comprovada. Licenciados têm permissão para atuar na Educação

Básica, formada pela educação infantil, Ensino Fundamental, e Médio, enquanto bacharéis estão habilitados para atuar no âmbito das academias, da ginástica laboral, dos clubes e como personal trainer, entre outros.

Além destas duas categorias, ainda existe o registro de provisionado para aqueles que comprovaram pelo menos três anos de atuação antes da data da regulamentação da profissão, obtendo permissão do Conselho para atuar em uma modalidade específica. A Cédula de Identidade Profissional do CREF2/RS identifica a categoria em que ele está habilitado a trabalhar.

Já o registro de Pessoa Jurídica deve ser obtido por todos os estabelecimentos prestadores de serviços na área de atividades físicas, desportivas ou similares. Este registro está vinculado ao CNPJ. Proprietários de uma Pessoa Jurídica relacionada à Educação Física não precisam possuir registro de Pessoa Física, desde que não ministrem aulas ou orientem alunos. No entanto, todas as empresas devem manter em tempo integral no seu estabelecimento um profissional de Educação Física registrado no Conselho, com habilitação em Bacharelado (ou Licenciatura, com base na Resolução CFE 03/1987). O Certificado de Funcionamento é o documento que identifica o registro.

Outro item importante é que o pagamento da anuidade de um tipo de registro não exclui o outro pagamento. Como possuem objetivos diferentes, o profissional que for proprietário de uma empresa de serviços de atividade física e atuar na área terá que manter em dia suas obrigações estatutárias como Pessoa Física e Pessoa Jurídica. Em caso de dúvida, entre em contato com o Conselho. ■

EXPEDIENTE

CONSELHEIROS EFETIVOS

Presidente
José Edgar Meurer
CREF 001953-G/RS
1º Vice-Presidente
Giovanni Bavaresco
CREF 001512-G/RS
2º Vice-Presidente
Alessandro de Azambuja Gamboa
CREF 001534-G/RS
1º Secretário
Claudio Renato Costa Franzen
CREF 003304-G/RS
2º Secretário
Eduardo Merino
CREF 004493-G/RS
1º Tesoureiro
Alessandro de Freitas Gonçalves
CREF 005863-G/RS
2ª Tesoureira
Luciane Volpato Citadin
CREF 000100-G/RS
Alexandre Moura Greco
CREF 004204-G/RS
Ana Maria Haas
CREF 004563-G/RS
Bruno Bittencourt Araújo
CREF 012860-G/RS
Carla Tatiane Pretto da Rosa Tartarotti
CREF 006564-G/RS
Carlos de Andrade Castilhos
CREF 000877-G/RS
Carmen Rosane Masson
CREF 001910-G/RS
Débora Rios Garcia
CREF 002202-G/RS
Felipe Gomes Martinez
CREF 003930-G/RS
Leomar Tesche
CREF 000129-G/RS
Luciane Machado Paz
CREF 003952-G/RS
Rodrigo Araujo Campos
CREF 001530-G/RS
Rosa Maria Marin Pacheco
CREF 000059-G/RS
Sonia Maria Waengertner
CREF 007781-G/RS

CONSELHEIROS SUPLENTE

Marcia Rohr da Cruz
CREF 007542-G/RS
Cláudia Ramos Lucchese
CREF 002358-G/RS
Clery Quinhones de Lima
CREF 000297-G/RS
Roberta da Silveira Pinto
CREF 004665-G/RS
Everton Silva Gomes
CREF 002615-G/RS
Ninon Rose Pinto Leal
CREF 001350-G/RS
Any Mery Lichtmann Lunardi
CREF 001765-G/RS
Jornalista Responsável:
Paulo Finatto Jr. MTE 16215
Colaboração: Marcelo Ghignatti MTB 4807
Projeto Gráfico e Diagramação:
Júlia Carvalho e Liziane Soares
Direção Geral: Elenice Freitas
Impressão: Calgan Editora Gráfica
Tiragem: 4.000 exemplares
ISSN 2359-0688

TRABALHO SOCIAL EM VIAMÃO



Na primeira semana de janeiro, os vereadores de Viamão Guto Lopes, Rodrigo Pox e o assessor Guto Rocha visitaram o presidente do CREF2/RS, José Edgar Meurer (CREF 001953-G/RS). O objetivo do encontro foi firmar uma parceria com o Conselho, a fim de implementar trabalhos sociais em áreas de vulnerabilidade social do município. Segundo Meurer, o Conselho selecionará profissionais de Educação Física voluntários para desenvolver atividades físicas com crianças em situação de rua. "A construção de uma nova perspectiva é vital para a afirmação dos direitos humanos desta população. E o esporte é um grande motivador da ação educativa", afirmou Meurer.

FORMATURA DA UNIVATES

O vice-presidente do CREF2/RS Giovanni Bavaresco (CREF 001512-G/RS) esteve em Lajeado, no dia 12 de janeiro, participando da formatura do curso de Educação Física da Univates. Na cerimônia, que contou com a presença de 25 recém-graduados nos cursos de Licenciatura e de Bacharelado, foi feita a entrega da Cédula de Identidade Profissional aos formandos. De acordo com Bavaresco, a presença do Conselho dá um caráter institucional complementar à solenidade. Todas as Comissões de Formatura e as Instituições de Ensino Superior podem solicitar a presença do CREF2/RS nas suas cerimônias de colação de grau. Mais informações na página do Conselho.

CREF2/RS VISITA SANTA MARIA E SANTA CRUZ DO SUL



Em novembro, o vice-presidente do CREF2/RS Giovanni Bavaresco e o assessor institucional Gilson Bornes (CREF 003100-G/RS) estiveram em Santa Maria e em Santa Cruz do Sul, visitando academias e profissionais. Em Santa Maria, o CREF2/RS também teve um encontro com o superintendente de Esportes e Lazer, Givago Ribeiro (CREF 023762-G/RS). Atento às necessidades do interior, eles ouviram aqueles que lidam com as dificuldades do dia a dia da Educação Física. "Os proprietários solicitaram palestras e apoio para a realização de eventos. A nossa aproximação com aqueles que atuam longe da nossa sede visa identificar as demandas e atender as solicitações, para construir uma profissão mais forte e valorizada", avaliou Bornes.

PALESTRA PARA ALUNOS DA UFRGS

O 2º vice-presidente do CREF2/RS Alessandro Gamboa (CREF 001534-G/RS) e o assessor institucional Samuel de Almeida (CREF 013510-G/RS) estiveram na UFRGS para ministrar uma palestra para os alunos do primeiro semestre do curso de Educação Física, em dezembro. A apresentação, além de explicar o funcionamento do Conselho, também abordou questões importantes para os acadêmicos, como o funcionamento da Lei de Estágio. O encontro, promovido pelo professor Alexandre Velly Nunes (CREF 001933-G/RS), foi considerado positivo, sobretudo pela aproximação com os estudantes que estão ainda no início da sua vida acadêmica. "Desmistificamos visões distorcidas sobre as finalidades do Conselho", resumiu Almeida.

ISENÇÃO PARA MAIORES DE 65 ANOS



Todos os profissionais, que tenham mais de 65 anos de idade e pelo menos cinco anos ininterruptos de registro no Sistema CONFED/CREFs, podem solicitar a isenção de pagamento da anuidade. Para isso, basta preencher e entregar o requerimento, disponível para download na página do CREF2/RS. Para que a isenção da anuidade seja deferida, também é necessário que o profissional registrado esteja em dia com as suas obrigações estatutárias, além de não estar cumprindo qualquer sanção disciplinar. O prazo para análise da documentação, entregue pessoalmente no CREF2/RS ou recebida pelos Correios, é de 60 dias.



20 ANOS DE
REGULAMENTAÇÃO
DA PROFISSÃO
DE EDUCAÇÃO FÍSICA.

**ESSA CONQUISTA
É UMA VITÓRIA SUA.**

Em 1998,
a regulamentação
da Educação Física
estabeleceu
um marco para
a profissão e para
a sociedade.

Uma conquista
que garantiu
a orientação
qualificada em
diversas áreas
e que reflete no
dia a dia de
profissionais da
Educação Física
e de todas
as pessoas.

20
Anos
1998 - 2018

REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO
DE EDUCAÇÃO FÍSICA
SISTEMA CONFED/CREFS

CREF2/RS

Conselho Regional de
Educação Física da 2ª Região

ANUIDADE 2019



O sistema CONFEF/CREFs manteve os valores da anuidade 2018 para o ano de 2019. Fique atento aos prazos e condições de pagamento. Mantenha sua anuidade em dia e contribua para o fortalecimento da Educação Física.

Pessoa Física

1ª opção: com desconto à vista
Pagamento único de R\$ 361,80, vencimento em 31 de janeiro*

2ª opção: com desconto parcelado
Valor total de R\$ 423,00, em três parcelas iguais de R\$ 141,00 (vencimentos em 31 de janeiro, 28 de fevereiro e 29 de março)**

3ª opção: sem desconto
Valor total de R\$ 603,07, vencimento em 31 de março**

Pessoa Jurídica

1ª opção: com desconto à vista
Pagamento único de R\$ 760,00, vencimento em 31 de janeiro*

2ª opção: com desconto parcelado
Valor total de R\$ 819,72 em três parcelas iguais de R\$ 273,24 (vencimentos em 31 de janeiro, 28 de fevereiro e 29 de março)**

3ª opção: sem desconto
Valor total de R\$ 1.490,40, vencimento em 31 de março**



**Conselho Regional de
Educação Física da 2ª Região**

Após 31 de março, todas as anuidades sofrerão reajustes.

Acesse o Autoatendimento em www.crefrs.org.br e retire seus boletos.

Leias as instruções completas nas Resoluções CREF2/RS N° 150/2018, N° 151/2018 e N° 152/2018, disponíveis no site na guia Legislação > Resoluções.

*Pagamento por meio de boleto a ser recebido no endereço cadastral ou retirado no Autoatendimento do site.

**Pagamento por meio de boleto a ser retirado no Autoatendimento do site.

Após o período de descontos, a anuidade pode ser parcelada em até cinco vezes.